



**TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL**

Processo nº 1842/17.3 BELSB

(15373/18)

(Recurso Jurisdicional)

Acordam, em Conferência, na Secção de Contencioso Administrativo,  
do Tribunal Central Administrativo Sul:

**I – RELATÓRIO**

O Centro Hospitalar de Lisboa Norte (doravante designado CHLN), inconformado com a sentença do TAC de Lisboa, de 6 de Novembro de 2017, que julgou procedente a intimação para prestação de informação e passagem de certidões intentada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul (doravante designado SMZS), tendente à obtenção de um conjunto de informações relacionadas com a marcação de dias de férias aos médicos do serviço de Otorrinolaringologia daquele Centro Hospitalar, veio interpor para este TCAS o presente recurso jurisdicional e, em sede de alegações, formulou as seguintes conclusões:

*“1.º O presente Recurso vem interposto da douta Sentença de 06.11.2017, na qual se decidiu julgar a acção totalmente procedente e, em consequência, se intima o CHLN, ora Recorrente, a prestar no prazo de 10 dias as informações peticionadas pelo SMZS.*



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

*2.º Com a apresentação da Resposta à presente intimação para prestação de informações e passagem de certidões, o ora Recorrente veio esclarecer diversos pontos, sendo que tal foi claramente ignorado pelo Tribunal a quo, não havendo qualquer singela referência a tal facto.*

*3.º Relativamente à proposta da exigência de dias de férias e outros médicos do serviço de otorrinolaringologia foi esclarecido que após a reunião de toda a informação quanto à marcação dos dias de férias, foi remetido para 9 dos 17 funcionários do serviço, a identificação dos dias onde ocorria sobreposição de pedidos de férias que ultrapassavam o limite legal, bem como sugestões de alteração, sendo que foram rececionadas e aceites 5 contrapropostas dos 9 médicos notificados. Assim, esta informação foi totalmente prestada, na medida em que os médicos representados nos autos conhecem a sua situação e por isso mesmo, não se vislumbra que tenham interesse processual na informação ora solicitada.*

*4.º Nestes termos, relativamente à autorização e fundamentos, razões e critérios da marcação como dias de férias dos dias 14, 15, 16, 17 e 18 de agosto de 2017 e dos dias 22, 26 e 27 de Setembro, informou o Recorrente que, não obstante as matérias consideradas estarem abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, o dia 15 de agosto, dia da Assunção da Nossa Senhora, constituindo um feriado nacional, não carece de autorização de férias. Quanto aos critérios que presidiram à marcação dos dias de férias a todos os médicos foi prestada a informação de que esta tem em conta como objectivo principal a manutenção da operacionalidade e a prontidão do serviço, de acordo com a legislação em vigor, sendo impossível prestar tal informação para cada dia mencionado. Logo, esta informação foi totalmente prestada pelo Recorrente.*



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

5.º No respeitante à precedência da consulta e audição de estruturas de representação colectiva quanto à exigência da alteração dos dias de férias foi o Recorrido informado que não existe nenhuma estrutura de representação colectiva de trabalhadores médicos no CHLN ou outra que deva ser consultada para efeitos de marcação de férias. Por conseguinte, tal informação foi fornecida nos moldes peticionados.

6.º Já no que se refere à aprovação do mapa de férias de 2017 dos médicos do serviço de otorrinolaringologia foi o Recorrido informado que este ainda não foi aprovado até à data da apresentação da Resposta pelo Recorrente. Com efeito, esta informação foi também prestada, sem mais.

7.º Ora, face ao exposto, o Tribunal de primeira instância ignorou de forma perentória todas as informações prestadas pelo CHLN, tomando a sua posição como se esta entidade nada tivesse feito, nem prestado.

8.º Assim, o Tribunal a quo não se pronunciou sobre questões que deveria ter apreciado, violando por isso o disposto no artigo 615.º, n.º 1, alínea d), primeira parte, do CPC e, por isso, a Sentença recorrida padece de nulidade.

9.º Além disso, a Sentença recorrida, ao arrepio das normas processuais aplicáveis, em particular, do artigo 94.º do CPTA e dos artigos 607.º e 615.º, n.º 1, alínea b), do CPC, não especifica os fundamentos de facto e de direito para a intimação da entidade demandada na prestação das informações requeridas. Como tal a Sentença do Tribunal a quo padece de nulidade.



M

## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

10.º Relativamente à factualidade, é notório que a matéria de facto dada como provada, mais uma vez, injustificadamente, não faz qualquer referência ao facto de o CHLN já ter prestado as informações requeridas, que não violam disposições legais consideradas imprescindíveis. Já no que concerne aos fundamentos de Direito, cremos que os mesmos não são suficientes para sustentar a posição jurídica.

11.º Caso assim não se entenda, o que não se concede, nem concebe e por mero dever de patrocínio, diga-se ainda que, o direito dos interessados à informação e à passagem de certidões encontra-se limitado aos procedimentos que lhes digam directamente respeito (cfr. artigo 82.º do CPA), sendo que os documentos relativos a terceiros estão limitados pela protecção dos dados pessoais nos termos da lei (cfr. artigo 83.º, n.º 3 do CPA).

12.º Não se aceita a interpretação no sentido de que os documentos em causa são não nominativos, à luz do disposto na Lei do Acesso aos Documentos da Administração Pública (LADA), dado que os mesmos correspondem a matérias que recaem sobre a esfera da reserva da intimidade da vida privada.

13.º Está vedada a concreta identificação de outros médicos e a referência às datas da marcação das férias, dado que não sendo possível enquadrar tal nas excepções d artigo 7.º, n. 2, 3 e 4 da LPDP, estes dados beneficia, da protecção concedida pelo artigo 7.º, n.º 1 da LPDP, sendo o seu acesso e tratamento restrito, nos termos do artigo 83º, n.º 2 do CPA.

14.º Por outro lado, as razões para a marcação das férias também dizem respeito aos dados pessoais, porquanto estas constituem matéria abrangida pela reserva da intimidade da vida privada, que não enquadra nas exclusões previstas legalmente, e que, por



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

*isso, estão abrangidas pelo n.º 1, do artigo 7.º da LPDP e que se enquadram no âmbito do conceito de documento nominativo referido no artigo 3.º, n.º 1, alínea b) da LADA.*

*15.º Em conclusão, não deve ser a entidade demandada, ora Recorrente, intimada para prestar tais informações, que gozando da protecção já mencionada, não deverão ser prestadas, estando o seu acesso e tratamento reservado aos entes próprios.”*

Não foram apresentadas contra-alegações.

O Exmo. Magistrado do Ministério Público junto deste TCAS emitiu duto parecer no sentido de ser negado provimento ao presente recurso jurisdicional e confirmada a sentença recorrida.

Sem vistos , vem o processo submetido à conferência para julgamento.

\*

### II – DA FUNDAMENTAÇÃO DE FACTO

A matéria de facto pertinente é a constante da sentença recorrida, a qual se dá aqui por reproduzida, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 663º, nº 6 do Cód. Proc. Civil.

\*

### III - DA FUNDAMENTAÇÃO DE DIREITO



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

Veio o presente recurso jurisdicional interposto da sentença do TAC de Lisboa que julgou procedente a intimação para prestação de informação e passagem de certidões intentada pelo Sindicato dos Médicos da Zona Sul, tendente à obtenção de um conjunto de informações relacionadas com a marcação de dias de férias aos médicos do serviço de Otorrinolaringologia do Centro Hospitalar de Lisboa Norte

Desde logo, as questões suscitadas pelo Recorrente, delimitadas pelas conclusões da alegação de recurso, traduzem-se em saber se a sentença *a quo* incorreu:

- a) Em omissão de pronúncia sobre questões que deveria ter apreciado, em violação do disposto no artigo 615.º, nº 1, al. d), 1ª parte do CPC;
- b) Em nulidade por falta de especificação dos fundamentos de facto e de direito para a intimação da entidade demandada na prestação das informações requeridas, em violação do disposto nos artigos 94.º do CPTA, 607.º e 615.º, nº 1, do CPC;
- c) Se no caso em apreço, a identificação de outros médicos e a referência às datas da marcação de férias e mapas de férias beneficiam da protecção legal concedida pelo artigo 7.º, nº 1 da Lei de Protecção de Dados Pessoais ( LPDP), sendo o seu acesso e tratamento restrito, nos termos do artigo 83.º, nº 2 do CP .A.
- d) Por último, apurar se as razões subjacentes à marcação das férias respeitam aos dados pessoais, constituindo dessa forma matéria abrangida pela reserva da intimidade de vida privada, e enquadradas no âmbito do conceito de documento nominativo referido no artigo



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

3.º, al. b) da Lei de Acesso aos Documentos da Administração Pública (LADA).

Analisemos então as diversas questões suscitadas em separado.

1 – Na conclusão 8.ª da sua alegação, o Recorrente sustenta que “ *o Tribunal a quo não se pronunciou sobre questões que deveria ter apreciado, violando por isso o disposto no artigo 615.º, n.º 1, alínea d), primeira parte, do CPC e, por isso, a Sentença recorrida padece de nulidade*”, na medida em que “ *(...) ignorou de forma perentória todas as informações prestadas pelo CHLN, tomando a sua posição como se esta entidade nada tivesse feito, nem prestado.*” – cfr. conclusão 7.ª

Vejamos.

Dispõe o preceito em questão que: “ *É nula a sentença quando o juiz deixa de pronunciar-se sobre questões que devesse apreciar*”.

No despacho de sustentação sobre a invocada nulidade o Mmo Juiz *a quo* justificou –se entendendo que o Tribunal “ *(...) se pronunciou sobre o concreto objecto do litígio, de forma bastante, sendo certo que o facto assente na al. d) do probatório se refere, em concreto, à pretensão informativa descrita na al. a) do probatório, aliás, como é feita alusão na redacção do próprio facto, sendo a sua formulação, do ponto de vista da sintaxe, apta a descrever, com o mandato de determinação possível, o acontecimento da vida ocorrido e com interesse para os presentes autos.*

Tal formulação factual não significa, nem exclui e o Tribunal não refere, que o Recorrente não tenha procedido à prestação de algumas informações, individual ou concretamente consideradas, designadamente aos médicos interessados, mas sim que a prestação informativa descrita na al. a) do probatório, não foi satisfeita, em concreto, ao



## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

*SMZS, que nestes autos é quem assume a qualidade de intimante, sendo irrelevante, considerando o objecto deste litígio, as informações parciais ou parcelares prestadas aos médicos associados do aqui intimante por parte do CHLN, ou respostas direta ou indiretamente prestadas ao SMZS que não comportem uma satisfação total da prestação informativa referida na al. a) do probatório.*

*Aliás, tais informações prestadas foram tidas em conta na prolação da referida sentença, o que se afere pela menção que o Tribunal faz, a fls. 9, no último parágrafo do direito, a referir, “considerando que não foi dada satisfação integral aos pedidos de informação”, o que não equivale ao conceito de “satisfação a pedidos formulados” previsto no artigo 104.º do CPTA, que aliás é pressuposto processual mater nesta espécie.”*

Aderimos na íntegra à argumentação expendida no despacho de sustentação de fls. 105, sendo certo igualmente que a sentença só será nula por omissão de pronúncia em caso de incumprimento, por parte do julgador, da obrigação de conhecer as questões submetidas à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras.

Assim, em nosso entender, o Tribunal *a quo* não omitiu qualquer pronúncia que tivesse que realizar, pelo que improcedem necessariamente as conclusões 7.ª e 8.ª da alegação do Recorrente.

\*

2 – Nas conclusões 9.ª e 10.ª da sua alegação, o Recorrente sustenta que “a Sentença recorrida, ao arrepio das normas processuais aplicáveis, em particular, do artigo 94.º do CPTA e dos artigos 607.º e 615.º, n.º 1, alínea b), do CPC, não especifica os fundamentos de facto e de direito para a intimação da entidade demandada na prestação das informações requeridas”, sendo “notório que a matéria de facto dada como provada,





## TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

*mais uma vez, injustificadamente, não faz qualquer referência ao facto de o CHLN já ter prestado as informações requeridas, que não violam disposições legais consideradas imprescindíveis (...). “*

Vejamos.

A nulidade da sentença prevista na al. b) do n.º 1 do artigo 615.º do CPC só ocorre quando se verifica absoluta falta de fundamentação – de facto e de direito -, e não quando a fundamentação enunciada é insuficiente, medíocre ou errada, ou seja, a sentença só será nula por falta de fundamentação, se a parte vencida ficar sem perceber a razão pela qual a mesma lhe foi desfavorável, assim impossibilitando a sua impugnação em sede de recurso, e o Tribunal de recurso ficar sem perceber as razões determinantes da decisão, ficando impossibilitado de as poder apreciar no julgamento do recurso - cfr. Acórdão deste TCAS de 1 de Junho de 2017, *in* Proc. n.º 57/17.5 BELSB.

No caso *sub judice*, ao contrário do afirmado pelo Recorrente, afigura-se-nos que o Tribunal a quo fixou no probatório todos os factos relevantes para a decisão da causa e não outros que, por não provados, ou que provados não interessavam para a resolução da questão a decidir.

Termos em que improcedem as conclusões 9.ª e 10.ª da alegação do Recorrente e a nulidade invocada atinente à falta de fundamentação.

\*

3 – Como referimos supra, o SMZS veio requerer a intimação para prestação de informações relativamente à marcação de dias de férias aos



XB

### **TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL**

médicos do Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital de Santa Maria, mais especificamente relacionadas com a exigência de alteração de dias de férias a determinados médicos, fundamentos, razões e critérios, em concreto os procedimentos de alteração de dias de férias durante o ano de 2017 e respectivo mapa, questões que não obtiveram resposta por parte do Director daquele serviço, nem do Conselho de Administração daquele Hospital.

No entender do CHLN não existe porém um interesse legítimo do Sindicato no conhecimento dos procedimentos que não lhe diga respeito, porquanto os diferentes pedidos requeridos integram informação e documentos relativos a terceiros que beneficiam de protecção de dados pessoais, conforme previsto no artigo 83.º do CPA e no artigo 7.º, nº 1 da LPDP, sendo certo que a informação solicitada é do conhecimento dos médicos interessados em causa e que toda a informação legalmente devida susceptível de ser prestada já o foi.

Vejamos o que se nos oferece dizer.

Importa, desde logo, distinguir entre documentos nominativos e não nominativos, para os quais a lei estabelece um tratamento diferenciado.

São documentos nominativos os que têm dados pessoais, isto é, informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que traduzam apreciações, juízos de valor ou que estejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada – cfr. artigo 3.º, nº 1 al. b) da LADA.

Obviamente, o acesso a tais documentos é necessariamente condicionado.

Todos os demais documentos são de carácter não nominativo, relativamente aos quais a regra geral é de acesso livre e irrestrito, sem



### **TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL**

necessidade de justificação do pedido – artigo 5.º da LADA -, em obediência ao princípio da administração transparente e do arquivo aberto consagrado no nº 2 do artigo 268.º da CRP.

\*

4 – Aqui chegados, importa referir que os documentos de férias e informação administrativa respeitante a este direito laboral, existente em qualquer serviço público, não são, de acordo com a LADA, documentos nominativos porquanto não contêm dados pessoais.

Com efeito, o conceito de “dados pessoais” é, nos termos da LADA, relativo às informações sobre os dados genéticos, de saúde, da vida sexual, de convicções políticas, religiosas, partidárias ou sindicais de um determinado indivíduo ou de um grupo de indivíduos, e que recaiam na reserva da intimidade da vida privada.

Por conseguinte, estando aqui apenas em causa a informação relacionada com as férias dos médicos – direito laboral por natureza –, através da qual se pretende assegurar o serviço na sua plenitude, decorrendo necessariamente do mesmo conflitos na marcação dos dias a gozar, pelo entrecruzamento do direito a férias e do dever de assegurar o serviço no quadro de todos os profissionais em causa, deparamo-nos com **documentos não nominativos**.

Concluimos do exposto, que bem andou o Mmo Juiz *a quo* ao considerar que são legítimos os pedidos de informação apresentados pelo SMZS. E, na medida em que não foi dada satisfação integral ao solicitado, é de intimar a CHLN, ao abrigo do nº 1 e com as cominações previstas no nº 2



**TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL**

do artigo 108.º do CPTA, a prestar, no prazo fixado de 10 dias, as informações peticionadas pelo Sindicato, identificadas na alínea a) do probatório.

Termos em que, improcedendo todas as demais conclusões da alegação do Recorrente, é de negar provimento ao presente recurso jurisdicional e confirmar na íntegra a sentença recorrida.

\*

**IV – DECISÃO**

Acordam, pois, os Juízes que compõem a Secção de Contencioso Administrativo deste TCAS, 2º Juízo, em negar provimento ao presente recurso jurisdicional e confirmar a sentença recorrida.

\*

Custas pelo Recorrente.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018